

## COM A PALAVRA

# Não aos fascistas



REGINA VOGT

## PERGUNTAS & RESPOSTAS

**Pergunta-** No Rio Grande do Sul, a Brigada Militar tem atuado duramente na repressão ao Movimento Sem-Terra (MST). Como o Sr. tem avaliado esse processo?

**Resposta-** Houve um acordo eleitoral entre Farsul, Empresas Papeleiras e a candidata Yeda (Crusius) com o compromisso, se vitoriosa, acabar com o MST. O Coronel Mendes (comandante da Brigada Militar) foi nomeado com este objetivo e suas práticas fascistas estão neste esquema. Uma parte do Ministério Público e uma parte do Judiciário dá cobertura política à ação da Brigada. O Coronel Mendes chamou atenção por algumas características de sua ação repressiva contra os Movimentos Sociais. Em seu método de reprimir, há um lema: primeiro reprime, depois negocia. Não reconhece os Movimentos como agentes sociais nem sua causa como política. A questão social é tratada como criminosa e ponto. A ordem é revistar e identificar todos, além de humilhar. Muitas vezes descamba para a tortura psicológica e até física, como o caso de agricultores durante horas expostos ao sol, durante as revistas, sem poder mudar de posição e o espancamento de Flávio Vivian, dirigente nacional do nosso Movimento, em Porto Alegre, depois de preso, imobilizado e algemado, continuar recebendo pontapés e bordoadas chegando ao Pronto Socorro com risco de vida. Para o Coronel Mendes, direitos humanos nada mais são do que meios escusos de proteção da bandidagem.

**P-** Um conjunto de integrantes do Ministério Público chegou a propor a dissolução do MST sob o pretexto de

que os sem-terra agiriam infringindo a lei. Como o sr. analisou esse fato?

**R-** É um setor minoritário, articulado pela Farsul, Papeleiras e Yeda, mas muito preocupante, pois conseguiram aprovar no Conselho Superior do Ministério Público gaúcho uma resolução vergonhosa com o objetivo de dissolver o MST. Esses setores do Ministério Público Estadual e Federal, alimentados pelo preconceito, autoritarismo, visão política reacionária, defesa dos interesses do latifúndio gaúcho, saudosismo da ditadura, ligados aos objetivos políticos do Governo Crusius, encarregaram-se de dar cobertura jurídica aos métodos violentos do Coronel (Mendes), propondo ações, com base em leis da Ditadura Militar, para reprimir e extinguir o MST. Esse setor minoritário do Ministério Público produziu peças jurídicas, as quais, a maioria dos promotores, felizmente, se envergonha. Peças dignas de serem produzidas nos porões da repressão da ditadura militar ou numa festa de fim de semana na casa de um fazendeiro raivoso contra a Reforma Agrária. No Judiciário, também, há uma minoria fascista de plantão, pronta a acatar e mandar despejar, bater e prender. Para o Coronel Mendes, esses promotores e juizes garantem salvo conduto para reprimir e licença para espancar.

**P-** O Sr. considera que o método de ocupar terras ainda é válido nos dias de hoje para reivindicar a reforma agrária?

**R-** É, mas não é o único. O MST está se reinventando.

**“O MST está se reinventando”**

## Frei Sérgio Görden

*Se olharmos a trajetória de Frei Sérgio, este gaúcho natural de Não-Me-Toque, vamos observar que ele já atuou como deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1999 e 2002. Atualmente, abandonou os cargos partidários e desenvolve uma luta incansável, através da Via Campesina, de apoio ao Movimento Sem-Terra, o que inclui a publicação de livros que criticam os produtos transgênicos, além de posicionar-se favoravelmente às ações dos agricultores contra empresas como a Monsanto e outras de áreas como a de produção de celulose. Aos 52 anos, Frei Sérgio Görden reside atualmente em um acampamento em Hulha Negra, no Rio Grande do Sul. Se a vida ainda é bastante dura, houve momentos muito piores na vida desse frade. Alguns desses momentos, que incluem agressões e torturas dos policiais aos sem-terra, são relatados em livros como “O massacre da Fazenda Santa Elmira” e “Uma foice longe da terra”. Acompanhe ao lado as opiniões de Frei Sérgio Görden sobre os recentes fatos envolvendo Ministério Público e Judiciário na tentativa de dissolução do MST:*